

**O PARAGUAI: ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO  
PRELÚDIO DA GRANDE GUERRA (1812 – 1864)**

**Janaina Muniz Cavalcanti**

**José Adeildo Bezerra de Oliveira**

**RESUMO**

No presente artigo, trabalharemos, a partir das diferentes visões historiográficas sobre a Guerra do Paraguai, estudos como os de Júlio José Chiavenatto e Francisco Doratiotto, com o objetivo de se construir uma crítica à idéia do desenvolvimento autônomo paraguaio. Procuraremos também entender uma situação diferenciada da sociedade guarani em relação aos seus vizinhos em uma perspectiva que tentará abranger a conjuntura internacional ligada às relações paraguaias com a Inglaterra inserida esta no Concerto Europeu, em meados do século XIX. Dessa maneira pretendemos refletir acerca da historicidade das produções historiográficas que permeiam nossa prática acadêmica.

**APRESENTAÇÃO**

Durante muito tempo debateu-se sobre a chamada Guerra do Paraguai, partindo de variados pontos de vista e visões historiográficas, que forneceram ao entendimento dos processos, que desencadearam a Grande Guerra, uma riqueza de enfoques e possibilidades de abordagem.

Autores atribuíram ao conflito aos interesses ingleses na América do Sul, outros já enfatizaram disputas intra-continentais da América meridional. Porém esse tema bastante controverso ainda sugere novas análises tendo como objeto o próprio Paraguai.

O objetivo deste estudo será buscar em uma análise historiográfica acerca da polêmica categoria do “desenvolvimento autônomo” paraguaio durante o século XIX, e, por meio desses questionamentos, desenvolver diferentes abordagens acerca desse fenômeno econômico e procurando inserir estas transformações no quadro das relações internacionais entre Paraguai e Inglaterra.

## UMA PEQUENA PASSAGEM PELA HISTORIOGRAFIA

A discussão historiográfica acerca da construção do Paraguai como Estado Nacional no século XXI gera um ramo de complexidade que compele a um estudo de suas produções, ao passo que, podemos encontrá-las desde o período da Guerra do Paraguai até o século XXI.

Um exemplo seria a obra de George Thompson, engenheiro inglês que se tornou general de Solano López, em seu relato *The Paraguayan War* (1869). Este personagem lança luz sobre algumas estratégias e dinâmicas paraguaias de guerra, assim como de uma visão pacífica da sociedade guarani ante-guerra conferindo ao relato pessoal a imagem guarani que remete a igualdade social.

Claro que George Thompson apenas “inaugura” o hall de relatos diplomáticos e de guerra sobre o país latino-americano, obras que desde 1870, na América Latina e Europa vão se ocupar em levar a luz o conflito e seus personagens principais.

No Brasil, a produção de textos a respeito da guerra e do Paraguai, como um todo, em princípio, se encontra na procura da legitimação do conflito, desde o período ante-guerra (que conferimos em jornais e discursos pró-conflito) e a produção pós-guerra, que busca legitimar a inserção do país e suas conseqüentes perdas. Sobre a produção brasileira, porém, analisaremos, em específico, três correntes historiográficas que procuram explicar o conflito e a formação nacional paraguaia. O motivo de analisarmos estas interpretações vem do fato destas serem as mais citadas visões historiográficas presentes nos livros didático, no entanto a perspectiva didática em si não será abordada neste artigo.

A primeira obra que citaremos é *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* de Augusto Tasso Fragoso de 1934. Esta produção afirma, em resumo, que no caráter expansionista do governo paraguaio de Francisco Solano Lopes estaria uma perspectiva megalomaniaca deste soberano em atrever-se a formar o chamado “Grande Paraguai” por meio da invasão do Uruguai e parte do Brasil (Mato Grosso). Podemos

dizer que este estudo estaria ligado às formas de história militar e diplomática, procurando não somente justificar a ação brasileira no Prata, mas também, legitimar a relevância da instituição militar como força nacional de manutenção da ordem.

Tasso Fragoso se tornou membro da junta governativa que assumiu a presidência após a destituição de Washington Luís na Revolução de 30, sua obra poderia adquirir sentido ao fortalecimento da imagem militar bem como de enaltecimento de sua função social. Exaltar uma história militar de vitórias e principalmente acerca de um período onde o exército estaria se formando como uma instituição com interesses políticos autônomos, o que justificaria posteriormente uma consciência desta instituição do bem-estar social, é de primordial importância na história brasileira no decorrer do século XX, o que justificaria várias atitudes das forças armadas no desenrolar dos anos 1930 à 1960.

A versão militar do conflito perderá terreno no decorrer dos anos 1970, às interpretações de vertente marxista, nossa então segunda visão analisada, cujo lugar social de produção plenamente identificável (em uma América Latina assolada por ditaduras militares). Estas produções procuram construir uma interpretação que focalizam o espaço de conflito como obra do imperialismo inglês. Nesses estudos, seria a Inglaterra a grande manipuladora dos Estados, endividados, que formarão a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Através e com a finalidade a dependência econômica do Paraguai ao capital inglês, sendo o país guarani tido como uma ameaça dentro do continente sul-americano.

Um expoente latino-americano de grande importância na formação desta interpretação é Leon Pomer com sua obra Guerra do Paraguai: gran negocio!. Este livro influenciaria a produção, desta vez brasileira, que se tornará a explicação mais conhecida da formação paraguaia e das causas da Guerra do Paraguai, seria Genocídio Americano: Guerra do Paraguai de José Júlio Chiavenatto.

É na interpretação de Chiavenatto que a historiografia brasileira conhece a categoria de “desenvolvimento autônomo” atribuída ao Paraguai e mais, formentada por um conjunto de governantes tido como “esclarecidos”. Basicamente além de atribuir o capital inglês a responsabilidade da Guerra devido a possível ameaça que a indústria paraguaia e o mercado de algodão exportador poderia oferecer à longo prazo, o autor

afirma um estado de igualdade social no Paraguai a medida que o Estado controla o desenvolvimento industrial, exportação de produtos agrícolas bem como impede o desenvolvimento da iniciativa privada.

Segundo Leon Pomer e JJ Chiavenatto, o governo de Gaspar Francia houve uma sistemática perseguição às elites criollas como aos chapetone espanhóis provocando além de um isolamento político com o continente acarretaria a desintegração de uma classe dominante cujo autor enfatiza inexistir a partir de Francia. E sendo uma sociedade onde não existe classe que promova a desigualdade, desenvolveria-se um estado de igualdade social controlado pelo Estado.

A partir dos anos 2000 verificamos uma mudança historiográfica no que diz respeito as visões sobre o Paraguai, mesmo nos anos 90 podemos perceber as novas tentativas da historiografia a oferecer perspectivas voltadas à História Social e Cultural. Também reconhecemos que as possibilidades de direcionamentos militante-políticos vêm a elaborar novas visões em consequência da derrocada do Bloco Socialista em 89.

Como já citado, novas perspectivas passam a construir uma nova historiografia nos anos 90 e 2000. No Brasil, um exemplo amplamente citado é a produção de Francisco Doratiotto, Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai.

Nesta obra, além de novos estudos mais detalhados sobre a formação guarani, o autor mergulha a sociedade paraguaia no panorama intra-americano de tensões territoriais e diplomáticos, que como objetivo de seu trabalho tende a construir o conflito no Prata. Doratiotto desconstrói a idéia d intencionalidade britânica de fomentar o conflito e do possível desenvolvimento autônomo paraguaio salientando que em um país impossibilitado de se desenvolver já que não possuía incentivo ao comércio ao passo que seu Estado distribuía provisões e sua produção era local e de primeira necessidade.

Além disso, o autor define Solano López como estadista inábil, que acreditando em sua grandeza frente ao desprotegido Mato Grosso concluiu a inevitável vitória sobre o Brasil. O autor também atribui uma distorção de visão do panorama internacional por parte de López ao afirmar o não desenvolvimento amplo de relações internacionais

devido a tradição política ditatorial. Ou seja, em seu revisionismo, Doratiotto acaba por afirmar uma impossibilidade tácita de vitória paraguaia no conflito frente aos objetivos nacionais de Brasil e Argentina.

Dessa forma podemos verificar as diferentes imagens do poder construídas para o Paraguai desde a guerra até o século XXI em uma sucessão de variadas formas de interpretação que de acordo com cada período histórico se fazem importantes inclusive para o próprio entendimento das diferentes perspectivas historiográficas construídas e reconstruídas no decorrer da História.

### **PARAGUAI: UM MODELO A SE SEGUIR?**

Neste tópico buscaremos problematizar o desenvolvimento autônomo do Paraguai, procurando estabelecer relações do mesmo com a Inglaterra, como também seus limites, sem negar, por sua vez, o seu caráter excepcional no quadro sul-americano do século XIX.

O desenvolvimento econômico pelo qual passou o Paraguai durante a primeira metade do século XIX até hoje desperta controvérsias. Teria o povo guarani conseguido ser realmente uma exceção no quadro econômico sul-americano, onde a maior parte dos países, se não todos, dependiam de forma direta ou indireta da economia britânica? Será que o Paraguai realmente conseguiu desenvolver-se de uma forma totalmente independente da Inglaterra?

Como já vimos, durante as décadas de 1960 e 1970 surgiram estudos sobre a Guerra do Paraguai (1864-70) que atribuíam o conflito ao simples atendimento dos interesses britânicos na América do Sul, onde Brasil, Argentina e Uruguai teriam se unido para por fim ao desenvolvimento autônomo paraguaio, que supostamente representaria uma ameaça a Inglaterra, um “mau exemplo” para os demais países.

O Paraguai (...) foi um “acidente” bastante estranho. Porque ali (América Meridional), a dominação econômica, numa fase em que o imperialismo sustentado pelas armas já vinha substituindo seus métodos, adequando-os às novas circunstâncias mundiais e de “civilização”, não foi possível pela corrupção, ter a Inglaterra que retroceder no tempo. E indiretamente embora, mas com presença marcante, estimular o Brasil e Argentina a

destruí-lo. Ironicamente pode-se afirmar com relativa segurança que o imperialismo brasileiro e o caudilhismo argentino (ajudados pelo barbarismo de Venâncio Flores, do Uruguai), pelo seu atraso cronológico, empregaram os meios de dominação militar, que a Inglaterra, líder da “civilização” representado pelo “livre comércio”, que impunha ao mundo, já não podia usar sem violência seus hipócritas princípios.<sup>1</sup>

A partir da década de 1990, novas pesquisas, como Francisco Doratiotto em *Maldita Guerra*, têm trabalhado a Guerra do Paraguai como resultado de conflitos políticos internos ao continente sul-americano. Onde o Paraguai costuma a aparecer em meio às divergências políticas que ocorriam entre Brasil e a Confederação Argentina desde a emancipação do Uruguai em 1828, que teve o apoio dos portenhos, contra o império brasileiro. O Paraguai, de acordo com o momento, após 1940, divergia ora com um apoiando o outro na tentativa de estabelecer um equilíbrio político entre os países, pois o mesmo via-se ameaçado de ambos os lados por interesses geopolíticos entre Brasil, Argentina, Paraguai e a República Oriental do Uruguai no que concerne a seus territórios limítrofes.

A história do Paraguai estaria internamente ligado ao Brasil e à Argentina (...) O isolamento paraguaio, até a década de 1840, bem como sua abertura e inserção internacional se explicam em grande parte, pela atuação política platina. Nos anos seguintes a essa abertura, o Paraguai teve boas relações com o Império do Brasil e manteve-se afastado da Confederação Argentina, da qual se aproximara nos anos de 1850, ao mesmo tempo que vivia momentos de tensão com o Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Expresso então, para melhor entendimento, o quadro intra e extra-americano envolvidos na Guerra do Paraguai exposto anteriormente, passamos à compreensão do desenvolvimento autônomo pelo qual passou a República Guarani na primeira metade do século XIX.

Segundo Sacconi, autonomia significa “faculdade de se reger ou se conduzir por si próprio; independência”.<sup>3</sup> Partindo dessa definição que começamos a buscar os limites do desenvolvimento paraguaio sem negar, porém que o Paraguai constituiu-se em uma referência peculiar de desenvolvimento econômico dentro do quadro sul-americano. JJ Chiavenatto defende que “o Paraguai vai romper violentamente uma estrutura de dominação econômica. Carlos Antônio López (...) vai enfrentar os métodos

britânicos e promover o progresso do Paraguai sem precisar de um tostão dos financiamentos ingleses”.<sup>4</sup>

Em seguida, o autor afirma que “Carlos Antonio López cria um infra-estrutura básica de desenvolvimento industrial e cultural (...)”<sup>5</sup> e que

A primeira ferrovia do país é planejada por um engenheiro inglês, Paddison, com capitais nitidamente nacionais e dirigida pelo Estado (...) Assim chegam engenheiros, professores, arquitetos, geólogos, médicos, instrutores militares e até jornalistas. Eles chegam para estabelecer as bases do desenvolvimento (...) A maioria deles vem da Inglaterra.<sup>6</sup>

Aqui percebe-se uma certa contradição do autor, pois o mesmo afirma ser o Paraguai um país autônomo, mas que precisa importar quase todo seu “progresso” da Inglaterra. Mesmo que o Paraguai pague com seus próprios recursos, ele não deixa de depender, de certa maneira, dos ingleses seja em mão-de-obra ou em capitais, pois algumas das negociações eram feitas com prazos e créditos dos britânicos a partir do porto de Buenos Aires, cidade portuária que era considerado o centro diplomático da região do Prata.

Em contraponto a essa visão historiográfica do desenvolvimento paraguaio surgida entre as décadas de 1960-70, no contexto da Guerra Fria, Francisco Doratiotto, fundamentando-se em ampla base documental e bibliográfica nos informa que “Em 1983, os paraguaios Juan Carlos Herken Krauer e Maria Isabel Gimenez de Herken demonstraram que, ao contrário, a Grã-Bretanha se beneficiava do limitado processo de modernização paraguaio”.<sup>7</sup> E mais,

É fantasiosa a imagem construída por certo revisionismo que o Paraguai pré-1865, promoveu sua industrialização a partir “de dentro” com seus próprios recursos, sem depender dos centros capitalistas (...) As manufaturas oriundas da Inglaterra chegaram a cobrir, antes de 1865, 75% das importações paraguaias, quase todas em Buenos Aires, em operações controladas por comerciantes britânicos ali instalados. Esses comerciantes concediam aos importados paraguaios um crédito de oito meses para o pagamento das mercadorias.<sup>8</sup>

Mais uma vez, percebe-se que o “desenvolvimento autônomo” paraguaio tinha seus limites nas próprias condições materiais de jovem República Guarani. É importante que se esclareça, também, que a maior parte do que Chiavenatto chama de “modernização paraguaia”, é a compra de produtos bélicos da Inglaterra o que, o autor, de certa forma, deixa em plano secundário.

Até agora vimos os limites da autonomia paraguaia, mas para podermos compreendê-la melhor, é preciso que conheçamos as raízes históricas da construção dessa interpretação a respeito do Paraguai.

Tal teoria é resultado do momento histórico das décadas de 1960 e 1970, quando o mundo vivenciava a Guerra Fria e o Cone Sul tinha governos militares. Predominou, então, na análise da Guerra do Paraguai, uma vertente de pensamento marxista que desprezava a democracia (“burguesa”), por associá-la ao capitalismo, e tinha como referências as ditaduras “socialistas” (União Soviética, China e Cuba).<sup>9</sup>

Ou seja, as ditaduras de José Gaspar Rodrigues de Francia (1814 – 1840), de Carlos Antonio López (1840-1862) e de Francisco Solano López (1862-1870), seriam comparadas às ditaduras socialistas, como sendo “libertadoras” do povo paraguaio da opressão do imperialismo da Coroa Inglesa.

Essa comparação se deu em um momento em que os EUA apoiavam e financiavam golpes militares na América Latina, chegando mesmo a treinar soldados para a realização destes golpes. No Brasil, essa política estadunidense se deu, principalmente, a partir da chamada “Doutrina de Segurança Nacional”, pregada na Escola Superior de Guerra (ESG) fundada em 1949 com auxílio de capitais norte-americanos. Essa DSN, que era uma espécie de ideologia de combate ao comunismo onde, “os Estados Unidos se propuseram a elaborar uma nova leitura política mundial, onde a emergência de governos comunistas em qualquer parte do globo era entendida como uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos. No Brasil, a aproximação com os Estados Unidos (...) favoreceu entre os militares brasileiros a defesa da organização de uma doutrina em bases similares a desenvolvida na Nacional War College (NWC) e que fundamentou o pensamento militar norte-americano”.<sup>10</sup>; serviu para fundamentar o golpe político-militar de 1964 no Brasil.

A partir dessa interferência estadunidense na soberania dos países latinos, é que autores com JJ Chiavenatto, marxistas, influenciados pelo contexto, irão fazer um livre comparação com o contexto político do século XIX, quando a potência ameaçadora era a Inglaterra e tentando mostrar a resistência latina ao imperialismo, acaba enaltecendo Solano López e a “autonomia” paraguaia, como o modelo a se seguir também no século XX pelos demais países latino-americanos.

Com o exposto até então, é essencial que se esclareça que, mesmo com seus limites, o Paraguai apresentou sim, uma peculiaridade econômica em relação aos demais países do Cone Sul e que s estes esquerdistas das décadas de 60 e 70 do século passado têm certo embasamento material, real para fundamentarem suas argumentações.

O Paraguai pós-independência (1812), mesmo governado por ditadores, vai passar por uma série de transformações políticas, sociais e econômicas que, aparentemente se não estudados com cautela, podem representar a minimização dos problemas sociais que outrora alastravam a região.

Uma das primeiras medidas tomadas por Francia, foi expropriar as “antigas terras da Coroa (Espanhola), as terras que haviam pertencido aos jesuítas e de adversários políticos e as terras resgatadas ao sertão. Essas terras eram arrendadas aos fazendeiros ou administrados diretamente por supervisores do governo” eram as chamadas “Estâncias da Pátria ou do Governo” que serviam para “fornecer produtos para exportação, suprimentos para o exército e reservas de alimentos para os pobres nas épocas de necessidade.”<sup>11</sup> o que, aparentemente representaria justiça social, mas que, na prática era um mecanismo que controlava a produção, venda e, em alguns casos, a distribuição dos produtos aos pobres. Quem se colocasse contra os ditadores, era perseguido e expulso do território paraguaio.

Outro dado importante que serviu para o embasamento da autonomia paraguaia, foi o fato de que “a instrução pública foi incrementada possibilitando que a maioria soubesse ler e escrever”.<sup>12</sup>

Isso se comparado ao Império do Brasil é algo realmente espantoso, pois, nesta época, o Brasil era, como diria José Murilo de Carvalho “uma ilha de letrados num mar

de analfabetos”.<sup>13</sup> Essas são informações que, trabalhadas sem uma análise apurada do processo, nos levariam a pensar o Paraguai como “um modelo a se seguir” no contexto da Guerra Fria.

Ao se estudar o Paraguai do século XIX, é preciso se ter em mente que a sua economia e sociedade, apesar de aparentemente representar um amplo “progresso”, na prática ainda era uma economia precária basicamente agro-exportadora, assim como os demais países do Cone Sul, onde o Estado controlava de forma centralizadora a partir das “Estâncias da Pátria”. Uma economia que se limitava a produção de gêneros primários como madeira, erva mate, couro, açúcar, fumo, algodão, que muitas vezes eram compradas pelos próprios ingleses.

Isso nos permite afirmar que o Paraguai, apesar de conseguir reduzir sua dependência econômica em relação aos ingleses, não conseguiu deixar de precisar dos mesmos, com mão-de-obra, equipamentos ou créditos, o que, por sua vez, expõe os limites do desenvolvimento autônomo guarani.

## **O PARAGUAI ALÉM DE SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Mencionar a inserção, através de sua política de modernização, no processo de acumulação capitalista do século XIX é, certamente uma tarefa árdua já que de lidarmos com a falta de fonte documental.

No entanto, como objetivo deste tópico, tentaremos observar a conjuntura mundial que permitiu a construção “peculiar” da estrutura paraguaia, que não pode ser considerada “anomalia” por ser suas condições históricas propuseram a re-elaboração de certos predicados novescentistas.

Segundo Amado Luiz Cervo:

As alternativas de inserção internacional que se colocaram aos povos do liberal século XIX eram estreitas. Um núcleo central do capitalismo europeu haveria de acompanhar o progresso econômico, ideológico e político, por efeito de contágio e de expansão natural, porque desenvolveu o conhecimento, os meios técnicos, as instituições e o mercado interno ou entre a produção primária e mercado externo.<sup>14</sup>

Por meio desta afirmação de Amado Luiz Cervo, podemos observar a construção de uma conjuntura internacional que irá acomodar certos países latino-americanos de forma diversa, diferente do que se passará com outros lugares do mundo (África e Ásia no período posterior a 1870). No caso do Paraguai, se este não encontrou a “receita” do planejamento interno e externo da economia, mas sim, se desenvolveu dentro das possibilidades do sistema internacional em construção. Tal sistema passou a ser erigido a partir do Congresso de Viena em 1815.

Após a derrota de Napoleão, uma coalizão de países vencedores que incluía Áustria, Prússia e Inglaterra, entre outros, decidiu reunir-se na cidade de Viena, para além de reconfigurar geopoliticamente o mapa europeu, redefinir, a partir desse congresso, como estabelecer novas relações internacionais já que figuravam-se no momento novos fatores político-econômicos, como a expansão das idéias da Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

A partir de Viena, começa a se configurar no continente europeu, novas formas de exercício de poder dentro da Europa e principalmente ao redor do mundo. Por meio do chamado Concerto Europeu, um sistema de relações internacionais que vai assegurar a hegemonia mundial de suas grandes potências-agentes (Rússia, Áustria, França e Inglaterra) que buscaram assegurar um processo de equilíbrio entre si e interdependência entre o mundo de modo que se favoreçam na difusão de novos modos de vida, de pensamento, e principalmente de produzir e comercializar.

Dessa maneira, podemos pensar o Paraguai já, em meados do século XIX, entranhado em um emaranhado de relações internacionais que previam não somente a interdependência econômica, mas também o inculcamento da racionalização capitalista em suas bases políticas. Baseando-se nas relações internacionais que o Concerto Europeu irá modelar durante o século XIX, Karl Wolfgang Deutsch infere que

caso se pretenda que esse sistema social se transforme em algo duradouro, permanente. Em primeiro lugar, está a manutenção de padrões. O sistema tem que ser preservado em seus padrões essenciais - (...) padrões tem de ser reproduzidos com certa freqüência a fim de serem preservados ao longo de determinada sucessão de pessoas. (...) Adaptação. Qualquer organização e qualquer sociedade têm de se adaptar-se ao seu ambiente, dele extrair seus sustento e ajustar-se as modificações (...). Cada organização e cada

sociedade têm um ou vários objetivos que tentam realizar (...) em função dos quais seu comportamento se modifica, extrapolando a simples necessidade de manutenção de padrões e adaptação. E através do governo e da política que, com maior frequência, são coletados e reciclados os recursos humanos e materiais de um país com vistas a alcançar quais quer objetivos, pacíficos ou belicosos – desde a alfabetização geral à conquista de uma cobiçada região fronteiriça que tenham sido aceitas pelas lideranças ou pela sociedade.<sup>15</sup>

O que podemos apreender desta observação de Deutsch? Tanto o sistema social paraguaio como qualquer outro país da América Latina, baseado na expansão hegemônica dos modos de vida europeus estavam à procura de estabilização a consecução de seus objetivos na medida em que sua diplomacia conseguia estabelecer um “equilíbrio” entre seus vizinhos. Claro que no caso da Guerra do Paraguai podemos a falha da noção de “equilíbrio diplomático” dos países envolvidos visto que verificamos a perpetuação de políticas internacionais intransigentes e agressivas no sentido da não seção ou concessão condicional.

Porém o objetivo deste tópico é pensar o Paraguai como peça possível da conjuntura de caráter interdependente, segundo, porém, sempre suas próprias condições. Analisemos, primeiramente, as diferentes posições tomadas por dois representantes máximos do país: Gaspar Francia e Carlos Lopez.

O governo de Gaspar Francia, no Paraguai, a partir de 1812 definiu ao país guarani uma política de proteção exterior (devido a pressão portenha de anexação) voltada ao fortalecimento do poder central em detrimento das tendências liberalizantes que ao representarem os comerciantes de Buenos Aires era vista como uma ameaça a integridade de um país em formação. Segundo Maria Ligia Prado

Quando Francia morreu, em 1840, seu sucessor Carlos Antonio Lopez (...) pôs em prática moderadas medidas de modernização das estruturas coloniais paraguaias (...) Aumentou a força naval mercante, que chegou a contar com onze navios a vapor e cinquenta veleiros, e construiu uma fundição para o tratamento de carvão de madeira e de minério de ferro. Dalí saíam as armas para o exército e os implementos agrícolas para as fazendas.<sup>16</sup>

Assim, podemos identificar na política de Carlos Lopez em relação à abertura da estrutura político-econômica para a inserção ao sistema internacional em construção. Nota-se a mudança de postura acerca da necessidade de integração como essencial a modernização paraguaia, o acordo feito com a Inglaterra em 1853 que permitia importação de seus produtos que, apesar de feito por pressão inglesa, teve cláusulas importantes de definição paraguaia de acordo com E. N. Tate

(...) Lopez manejo hacia lo seguro los tratados que fueron en muchos sentidos de acuerdo con sus puntos de vista. Las opiniones que Hotham ofreció sobre el gran potencial comercial de superior alcance del Río Paraguay, la exclusión de los barcos ingleses con destino a Assunción por aguas del Paraguay e Itapúa por el Parana eram la mayor derrota (artículo II). El derecho de residencia fue también más restringido de lo que se había esperado, aunque la referencia a esto fue vaga. El artículo contra los monopolios fue redactado de forma, como para proteger los privilegios existentes, defendidos por el gobierno paraguayo (artículo IX). Se concedió la libertad de culto a los súbditos británicos, pero solamente en privado, ‘en su propia residencia, dentro de los límites de las residencias u oficinas de su Majestad Británica, cónsules o viccónsules’ (artículo XIV). Hotham, obtuvo, no obstante, dos promesas de Lopez: abrir el alto Paraguay tan pronto como las fronteras fueran establecidas con Brasil e firmar um ‘tratado más liberal’ al concluir el prazo del presente. Mientras tanto, después de su regreso a Paraná, firmó un tratado de navegación con la Confederación Argentina, por el cual se garantizaban el derecho británicos de acceso a los mercados de Paraguay del interior argentino nuevamente abiertos.<sup>17</sup>

Um símbolo desta integração pode ser sinalizado pela posterior presença de ferrovias, instrução pública e a idéia difundida de “ditador iluminado” atribuída à Carlos Lopez, inclusive por historiadores antiimperialistas.

Nas palavras de Hobsbawn “a chegada da estrada de ferro foi sim um símbolo e uma conquista revolucionários, já que, a construção do planeta como uma economia interativa única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização.”<sup>18</sup>

De acordo com o já citado no tópico anterior seria impossível pensar em um país em formação industrial como o Paraguai, pensando na estrutura econômica autônoma de produção para o mercado interno. Podemos perceber no Paraguai uma interdependência

da tecnologia e produção estrangeira, na medida que, irá importar, para fomentar sua modernização, tecnologia (vinda de técnicos ingleses) e chegava a importar produtos via Argentina, através da navegação do Prata.

Dessa maneira a interação com a sociedade internacional se mostra entranhada nas tentativas de mudança de postura econômica provida com a abertura paraguaia. O envio de jovens guaranis para formação técnica em território britânico, a própria tentativa de difusão de uma educação pública para formar gerações com requisitos mínimos de “civilidade”, também o alinhamento da estrutura paraguaia com novos modos de vida. O governo de Solano Lopez tentará edificar a abertura econômica voltada para obtenção de recursos para seus objetivos.

Na perspectiva desta idéia procuremos salientar a estrutura paraguaia nas relações internacionais segundo uma esfera de influência do Concerto Europeu e do governo americano.

Voltando a visualização do contexto internacional, a construção do chamado Concerto Europeu e a conseqüente hegemonização às políticas internacionais, impulsionando o prática diplomática nas zonas de influência é um fator importante para entendermos a presença inglesa no Prata.

Estudar as relações entre Paraguai e Inglaterra no que diz respeito as vias diplomáticas é uma tarefa complexa na medida que suas fontes documentais são obscuras com poucos estudos específicos para que pudéssemos inserir uma problematização acerca.

No entanto, podemos se não perceber a movimentação diplomática britânica com facilidade, está bem exposto que até 1865 no Paraguai cerca de 80 cidadãos britânicos, de engenheiros à professores. Tornaram-se até comandantes militares das tropas de Lopez como o caso de George Thompson.

Francisco Doratiotto no livro Maldita Guerra demonstra que o governo britânico receava que este conflito afetasse a navegação platina, meio pelos quais seus produtos poderiam adentrar o continente sul-americano.

Podemos observar também além da importância econômica que o Prata tinha para a coroa britânica, o intento inglês de assegurar sua área de influência diplomática (já que exercia esta função nos demais países do Prata e que o país bretão, na época se tratava do principal árbitro de querelas internacionais) em detrimento da ameaça norte-americana que havia abertamente apoiado o Paraguai como “nação mais fraca.”

No segundo ano de guerra, em dezembro de 1866, o Congresso norte-americano aprovou uma resolução na qual recomendava ao Departamento de Estado oferecer sua mediação para por fim ao conflito. A justificativa da resolução era a de que a continuidade da guerra prejudicaria tanto o comércio quanto as instituições republicanas na região platina. (...) Com essa iniciativa os EUA buscavam colocar-se aos olhos latino-americanos na condição de protetores e conselheiros (...) Os conflitos latino-americanos faziam-se acompanhar das disputas entre países que procuravam assegurar o domínio da América Latina, Grã-Bretanha interessada em limitar a expansão norte-americana no Caribe, e os Estado Unidos interessados em ampliar suas áreas de influência.<sup>19</sup>

Portanto a proeminência internacional da região paraguaia para os EUA e Inglaterra nos põe em dúvida a respeito da alternativa da Guerra com o intento de destruir o Paraguai e como um meio de dominação da região. Estudos feitos a partir do começo do século XIX como Leslie Bethell, E. N. Tate procuram demonstra a atmosfera da complexidade existente na rede interdependente da América Latina noescentista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que podemos perceber do contexto latino-americano a respeito do prelúdio da guerra, uma emaranhada rede relações que possibilitam o entendimento de diversos encaminhamentos pré-guerra.

Ou seja, ao compreendermos a política interna e externa paraguaia como uma possibilidade conjuntural abre-nos caminhos para lançar bases de uma nova produção do conhecimento acerca das dinâmicas do Prata, que, se realizando em estudos recentes como o de Francisco Doratiotto, E. N. Tate e Leslie Bethell, na medida que este novo conhecimento histórico se edifica, se poderá construir novas formas de interação

didática e prática escolar baseadas na mediação. Quando transformamos a historiografia em objeto de estudo, cria-se uma oportunidade de negociação com os poderes instituídos, por meio de uma re-elaboração de uma memória histórica.

Nossos objetivos, neste artigo, foram: primeiramente identificar uma herança historiográfica, diferentes imagens do poder, em seguida uma contestação de uma interpretação histórica e por último como nosso objetivo de estudo (o Paraguai) está inserido ativamente no mundo, onde as mudanças se tornavam cada vez mais chocantes e rápidas.

O Paraguai pode ser inserido como importante referencial no estudo do pré-imperialismo (em relação a economia, cultura e relações internacionais) a medida que, suas características peculiares de desenvolvimento (comparado com seus países vizinhos) podem também ser considerado historicamente interdependente já que, ao contrário da historiografia dos anos 60/70, seu desenvolvimento foi sustentado por importações, transferência de tecnologia, e mais, apropriação de novos valores o que, adaptado as suas próprias necessidades, mudarão suas posturas em relação a sua política.

À decorrência disso, vemos a consolidação de um conflito que foi tomando forma nas décadas anteriores, com uma postura que pequenas quizilas não abalavam, mas que adquirir novas proporções na gradual inserção do mundo latino-americano a esfera do Concerto Europeu e norte-americano.

No entanto seria adequado apelarmos às causas do conflito a uma questão de equilíbrio diplomático?

Certamente podemos afirmar que o capital inglês teve importância real no pré-guerra, durante e após. Mas o capital inglês acabava se ligando a todos os países envolvidos, inclusive toda América do Sul. Seria este capital, o causador ou apenas “lenha na fogueira” que sustentou a Guerra, dos dois lados?

A maciça inserção do capital britânico (em forma de produtos e empréstimos) na bacia do Prata, pelos comerciantes argentinos nos mobilizou a pensar que as

possibilidades de desenvolvimento dos problemas de fronteira não iriam alterar uma situação de interdependência, ou seja, seja qual fosse o resultado das tensões a Inglaterra seria a menos prejudicada (o que para Chiavenatto levava a mesma causar o conflito).

As perguntas são várias, e que não foram propriamente respondidas por este artigo pois na é seu objetivo, nossa iniciativa foi justamente incitar questões que podem ser respondidas em novos trabalhos.

Temos que pensar também nas mudanças ocorridas nos países vizinhos com a unificação argentina e as tentativas de integração da região oeste do Império. Um conjunto de fatores que dificultaram uma ação diplomática eficiente, como menciona Doratiotto aliado ao fato de possível interpretação particular das relações diplomáticas em si, talvez mais ligados às tentativas de barganha à realidade de árduas negociações e concessões; uma noção de equilíbrio suplantada pela intransigência. Mas esta é somente uma conjectura.

Podemos concluir, por sua vez, a integração do Paraguai com as políticas internacionais proporciona pensarmos o país, não como um exemplo contrário a seus vizinhos, visto que seu desenvolvimento não pode ser considerado autônomo nem auto-suficiente, mas como possibilidade dentro de uma conjuntura que por possuir recursos diversos aos países-agentes do sistema internacional acabou, pois, re-elaborando seus padrões que coubessem por seguinte em sua realidade. O Paraguai, assim, não se constrói como “anomalia”, mas apenas como diferente dos demais.

Mais referente ao “desenvolvimento autônomo” paraguaio, forma de como alguns autores denominam a industrialização guarani, é possível considerarmos como uma forma diferencial, mas não independente. A não auto-suficiência é afirmada pela necessidade de importações de produtos manufaturas que infelizmente não chegava a maioria da população. O que, por sua vez, poderia nos levar a acreditar na produção de um artesanato supressor, de baixa qualidade. Mas a existência deste inviabilizaria o mercado consumidor e conseqüentemente a industrialização, que seria apenas voltada no caso paraguaio a estruturação bélica. Mas esta também é uma conjectura necessária de estudos específicos.

Será assim, na problematização que se construirá a História, continuada sobre seus próprios escombros que por sua vez são heranças de reflexão. Não podemos esquecer-las. Não podemos também esquecer o Paraguai, afinal como latino-americanos: o Paraguai também somos nós.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense. 21ª Edição, 1987. pág. 29.

<sup>2</sup> DORATIOTTO, Francisco Monteoliva. *Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pág 23.

<sup>3</sup> SACONNI, Luiz Antônio. *Minidicionário Sacconi de Língua Portuguesa*. São Paulo: Atual, 1996. pág 82.

<sup>4</sup> CHIAVENATTO, Julio José. *Op. cit.* pág 30.

<sup>5</sup> *Idem.* pág 30.

<sup>6</sup> *Ibidem.* pág 30.

<sup>7</sup> DORATIOTTO, Francisco Monteoliva. *Guerra do Paraguai*. IN: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. pág 254.

<sup>8</sup> DORATIOTTO, Francisco Monteoliva. *Maldita Guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai*. *Op. cit.* pág 30.

<sup>9</sup> DORATIOTTO, Francisco Monteoliva. *Guerra do Paraguai*. *Op. cit.* pág 254.

<sup>10</sup> AQUINO, Rubem dos Santos Leão de [et ali] *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record. 5ª Edição, 2007. pág. 679

<sup>11</sup> BETHELL, Leslie. *As Repúblicas do Prata da Independência a Guerra do Paraguai*. IN: BETHELL, Leslie. *História da América Latina. Da Independência até 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão. V. 3, 2001. págs

<sup>12</sup> AQUINO, Rubem dos Santos Leão de [et ali]. *Op. cit.* pág 567

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 4ª Edição, 2003. pág. 65

<sup>14</sup> CERVO, Amado Luis. *Hegemonia Coletiva e Equilíbrio: a construção do mundo liberal*. IN: José Flávio Sombra Saraiva. (Org.). *Relações Internacionais: dois séculos de História*. 2 ed. Brasília: IBRI, 2001, v. 1, pág. 82.

<sup>15</sup> DEUTSCH, Karl Wolfgang. *Análise das Relações Internacionais: Pensamento Político*. 2ª Edição Tradução: Maria Rosinda Ramos da Silva . Brasília: Editora Universidade de Brasília, Fundação Roberto Marinho, 1982. págs. 23-24.

<sup>16</sup> PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas (Discutindo a História)*. 21ª Edição. São Paulo: Atual, 1994. pág. 54.

<sup>17</sup> TATE, E. N. *Gran Bretaña e Latinoamerica em el siglo XIX: el caso del Paraguai. Contribuciones desde Coatepec*, julio-diciembre, año/vol III, número 055. Universidad Autonoma del Estado de México. Toluca, México. P. 67-98. disponível na web : <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/281/28100505.pdf>

---

<sup>18</sup> HOBBSAWN, Eric J. *A Era do Capital (1848 – 1875)*. São Paulo; Paz e Terra. 8ª Edição, 2001. pág 68.

<sup>19</sup> DORATIOTTO, Francisco Monteoliva. *Op. cit.*, pág. 257.